

**ATA DA 67ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA - DF**

DATA: 19 e 20/10/2004

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: (ausência)
Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo (valdemar.araujo@cidades.gov.br)
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Ana Paula Cattini Braga Sampaio (ana.cattini@ana.gov.br)
Ministério de Minas e Energia: Ana Sallet Pereira Marques (anasallet@dnpm.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Luiz Fernando Carneseca (lcarneseca@sp.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: (ausência)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: Ana Cristina Monteiro Mascarenhas (crismascarenhas@semarh.ba.gov.br)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Sonáli Cavalcanti Oliveira (sonáli@chesf.gov.br)
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Jackson de Araújo Reis (jackson@ctrq.com.br)
Comitês: Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (comitepardo@serhs.sp.gov.br)
Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Eloísa Aparecida Belleza Ferreira (eloísa@ecodata.org.br)
Organizações não governamentais: Wilson de Azevedo Filho (wil.filho@terra.com.br)
Organizações técnicas e de ensino e pesquisa: Anna Virgínia Muniz Machado (astec@abes-dn.org.br)

CONVIDADOS:

Ademar Passos Veiga – ANA (aveiga@ana.gov.br)
Ana Maria Gennari – DAEE-SP (amgennari@sp.gov.br)
Donizete Tokarski – Ecodata (donizete@ecodata.org.br)
José Cupertino Tenório Netto – ABINAM (jc-tenorio@uol.com.br)
Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)
Maurício Andrés – ANA (mauricio.andres@ana.gov.br)
Patrícia Helena Gambogi Boson – IBRAM (tita@em.net.com.br)
Roberto Monteiro (SRH/MMA)

RELATOR:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

DATA: 19/10/2004

Início: 9h50

Término: 18h00

Às nove horas e cinquenta minutos do dia dezoito de outubro de 2004, no miniauditório do 4º andar do Edifício da CODEVASF, situado no SGAN 601, Brasília/DF, iniciou-se a 67ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, declarou abertos os trabalhos e deu boas vindas a todos. Informou sobre a relação entre os itens 2, 5, 6 e 7 desta reunião com a pauta pretendida para a 14ª Reunião Extraordinária do CNRH. Comunicou sobre a solicitação encaminhada pelo Presidente da CT de Ciência e Tecnologia para retirada de pauta do item 8. Leu em seguida e-mail (**Anexo II**), enviado pela Presidente da CT de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR, Sra. Leila Gomes, solicitando participação da Câmara nos debates sobre o PL nº 1.616, em especial o seu Capítulo II, pela pertinência com a temática da CTPOAR. Foi solicitado contato da Secretaria Executiva com a Sra. Leila Gomes para acerto da forma pretendida de participação da CTPOAR. Ainda na abertura da reunião, leu ofício enviado pela Conselheira Ninon Machado (ONGs) originalmente à CT de Análise de Projeto – CTAP, conteúdo em **Anexo III**, referente às faltas do segmento nas reuniões daquela CT. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) considerou que as atividades das CTs do CNRH sempre ocorreram independente de auxílio financeiro do MMA aos seus integrantes, sendo esta uma regra existente quando da composição das Câmaras. Portanto, opinou, não caberia a alegação de que as faltas do segmento na CTAP seriam decorrência da não publicação da alteração do Decreto nº 4.613, de 2003. Em concordância, a Sra. Ana Cristina Mascarenhas (CERH-BA) disse que deveria ser verificada a legitimidade da consideração encaminhada. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) observou que a Secretaria Executiva se restringia a seguir o

que está previsto no Regimento atual, que não foi modificado. O Sr. Wilson de Azevedo (ONGs) destacou que a decisão de alteração do Decreto nº 4.613, de 2003, havia sido tomada em Plenário, devendo ser cumprida, sob pena de perda de credibilidade do Conselho. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) salientou que também a questão da exclusão por faltas às reuniões das Câmaras seria uma decisão do Plenário do CNRH, espelhada no seu Regimento Interno. Ao final dos debates, ficou definido que, enquanto não editada a modificação do Decreto, deveria ser cumprido o Regimento Interno do CNRH, ou seja, que a Secretaria Executiva aplique as sanções relativas a faltas nas CTs. Passou-se então ao **item 2** de pauta: aprovação da ata da 66ª reunião, o que ocorreu com as modificações propostas pela Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) e pelo Sr. Ademar Veiga (ANA). Com isso, foi abordado o **item 3** de pauta: análise da proposta de moção recomendando a implantação de Projeto Piloto de Gestão nas Bacias Transfronteiriças da Lagoa Mirim e do rio Quaraí (**Anexo IV**), encaminhada pela CT de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) fez um breve histórico do encaminhamento anterior da matéria, que foi apresentada na 11ª Reunião Ordinária do CNRH, mas retirada de pauta pelo Presidente da CTGRHT em função dos debates ocorridos. Com isso, finalizou, após análise e aperfeiçoamentos no âmbito da CTGRHT, estaria ocorrendo neste momento um novo encaminhamento à Plenária do CNRH. Com a palavra, o Sr. Wilson de Azevedo (ONGs) explicou que o modelo de gestão proposto anteriormente seguia inalterado, tendo a CTGRHT se preocupado apenas em tornar o documento mais conciso. Esclareceu que o comitê de coordenação local proposto seria criado no âmbito do tratado internacional vigente na região. Propôs-se a dirimir dúvidas, caso existissem. Complementando, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut observou que a conformação proposta para a gestão dos recursos hídricos na região transfronteiriça em questão trazia o denominado comitê de coordenação local, que seria integrado pelos dois países, em cuja composição do lado brasileiro pretendia-se seguir os princípios estabelecidos para os comitês de bacia na Lei nº 9.433, de 1997. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) teceu críticas centradas no item 2.2.2 do Anexo ao documento, destacando a nomeação de um novo integrante do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH. Solicitou, ainda no Anexo, a substituição dos termos comitê federal e estadual pela terminologia adequada. O Sr. Ademar Veiga (ANA) concordou que entes previstos em um acordo internacional não deveriam ser reconhecidos como integrantes do SINGREH, exceto aqueles previstos no art. 33 da Lei nº 9.433, de 1997. Os debates prosseguiram e houve consenso pela eliminação do quadro anexo do documento, atuando-se dessa forma a favor do encaminhamento de um documento mais conciso para análise da Plenária. Com isso, foi definido o encaminhamento da proposta de moção para deliberação superior da Plenária do CNRH, com o parecer favorável da CTIL. Por solicitação do Sr. Ademar Veiga (ANA), passou-se então ao **item 9** de pauta: regulamentação de aspectos da Lei nº 10.881, de 2004. O Sr. Ademar Veiga (ANA) disse que, como subsídio aos trabalhos do GT, havia feito, no documento distribuído (**Anexo V**), um levantamento dos pontos jurídicos tratados durante a elaboração do contrato de gestão da ANA com a entidade delegatária das funções de Agência de Água do CEIVAP. Disse que este documento fora distribuído aos integrantes do GT com a solicitação de contribuições, o que não ocorrera. Ratificou a sua concordância com a regulamentação no âmbito do CNRH de aspectos da citada Lei, adotando-se a devida prudência e estudando-se a sua forma. Foi solicitada a redistribuição do documento aos membros do GT e da CTIL, com a definição de novo prazo de dez dias para encaminhamento de contribuições. Dessa forma, o tema retornará na pauta da próxima reunião. Como o item 4 não havia sido incluído na pauta da 14ª Reunião Extraordinária do CNRH, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) propôs a sua abordagem após o item 7. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades), referindo-se ao **item 10** de pauta, solicitou que as sugestões encaminhadas (**Anexo VI**) fossem sistematizadas de forma a subsidiar uma apresentação, na próxima reunião desta CT, do Sr. Marcos Montenegro, do Ministério das Cidades. Fez a divulgação da nova Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, a ser realizada pelo IBGE em 2005, no nível municipal, abordando aspectos ligados ao esgotamento sanitário, água, drenagem pluvial e resíduos sólidos. O Sr. Luiz Cláudio Figueiredo (SRH/MMA) noticiou sobre a realização recente, também pelo IBGE e no nível municipal, de pesquisa sobre aspectos ligados aos recursos hídricos, atualmente em fase de tabulação no âmbito da Secretaria de Qualidade Ambiental – SQA/MMA. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) se propôs a disponibilizar o documento de ajuda à memória assim como os quatro modelos de questionários utilizados em 2000, cuja formatação estaria atualmente em discussão. Indicou que os questionários estariam disponíveis no sítio

eletrônico www.snis.gov.br, para onde também deveriam ser encaminhadas as contribuições. Passou-se então ao **item 5** da pauta: análise da proposta de moção solicitando o desapensamento de Projetos de Lei ao PL nº 1.616, de 1999, (**Anexo VII**). O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) falou que, quando da criação da Comissão Especial na Câmara dos Deputados para análise do PL nº 1.616, de 1999, foram apensados a ele vários outros PLs. Após uma análise preliminar nesta CTIL de todos os PLs apensados, prosseguiu, foi elaborada a proposta de moção apresentada, cabendo, neste momento, uma análise da íntegra dos documentos. Os PLs elencados na proposta de moção foram então analisados, sendo excluído da listagem o PL nº 603, de 2003. Foi transferida para o período da tarde a análise dos PLs nº 1.181 e 4296 e conseqüentemente, a conclusão da matéria do item 5 da pauta. Neste momento, às 12h25, foi proposta pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14h55, com a abordagem do **item 6** de pauta: análise dos trabalhos do GT incumbido da elaboração da minuta de proposta de resolução conforme art. 5º da Resolução nº 41, de 2004. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês), coordenador do GT incumbido do assunto, disse que uma primeira minuta de resolução fora distribuída aos membros, tendo recebido contribuições do Sr. Valter Otaviano Jr. (CONJUR/MMA) e do Sr. Maurício Brandão (CERH-SP), que estão consolidadas no documento encaminhado (**Anexo VIII**). Disse que caberia neste momento a definição da forma de prosseguimento do trabalho. O Sr. Ademar Veiga (ANA) explicitou seu entendimento que as articulações previstas no art. 4º da Lei nº 9.433, de 1997, e no art. 21 da Lei nº 9.984, de 2000, seriam distintos. O art. 4º, indicou, teria uma conotação essencialmente política, o que não dispensaria a necessidade de regulamentação. Disse que, para esse caso específico, o CNRH deveria definir linhas gerais e diretrizes que orientassem a articulação pretendida. Quanto ao art. 21, indicou a existência também de um aspecto político, mas visando essencialmente a aplicação dos recursos da cobrança, trazendo assim uma essência operacional. Opinou então pela elaboração de duas propostas de resolução distintas, uma para cada artigo em questão. Teceu ainda comentário sobre o considerando que trata da articulação União – Estados, ressaltando a dificuldade na definição única de formas e prazos. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) concordou com a proposta do Sr. Ademar Veiga (ANA) de elaboração de duas resoluções distintas. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) disse que a proposta de resolução pretendia possibilitar, através da articulação, a participação dos comitês de bacia de rios de domínio dos estados na definição das prioridades de aplicação dos recursos da cobrança provenientes da respectiva bacia. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) expressou sua concordância com a distinção entre as matérias. Quanto ao art. 4º, indicou que caberia regulamentação quanto aos recursos hídricos de interesse comum, explicitando-se os órgãos envolvidos e as formas de articulação. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) indicou que o consenso obtido nos debates seria pela distinção entre os artigos 4º e 21, devendo o GT se ater ao art. 21 da Lei nº 9.984, de 2000. Assim sendo, a Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) arguiu pela necessidade de revisão do estabelecido no art. 5º da Resolução CNRH nº 41, de 2004. Indicou que em uma proposta de resolução referente ao art. 21 deveriam estar explícitas as competências e as atribuições dos órgãos envolvidos na articulação, além das formas e tempos pretendidos. Concluiu destacando que os trabalhos do GT responsável pelas ações previstas no art. 6º da mesma Resolução CNRH nº 41, de 2004, seriam um indicativo para esta resolução. O Sr. Ademar Veiga (ANA) opinou que a GT não deveria se preocupar quanto à redação do art. 5º da mesma Resolução, devendo se ater ao art. 21 da Lei nº 9.984, de 2000, independente disso. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) alertou que os prazos previstos na resolução deveriam observar os determinados pelo Ministério do Planejamento para a definição do orçamento, adequando-se a eles. Lembrou ainda que a resolução deveria direcionar os procedimentos de forma que o processo de priorização da aplicação dos recursos tomasse forma e continuidade. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) destacou que a Lei nº 9.984, de 2000, se referiria, em quase sua totalidade, aos rios de domínio da União, e da mesma forma, o seu art. 21. Questionou se o propósito dessa resolução se configuraria numa ingerência nas competências dos Estados. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) destacou que a questão da necessidade de articulação teria sido levantada na 63ª reunião da CTIL, tendo em vista a destinação para a União das receitas oriundas da cobrança às UHEs em rios de domínio dos Estados. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) disse que a gestão de recursos hídricos deveria considerar toda a bacia hidrográfica, um princípio definido pela Lei. Opinou que a questão da priorização deveria ser debatida localmente, não cabendo ao CNRH definir as prioridades entre comitês ou entre comitês e suas sub-bacias. Finalizou opinando que a resolução deveria se ater somente ao valor proveniente dos 0,75% obtidos junto ao setor elétrico. O Sr. Julio Thadeu

Kettelhut (SRH/MMA) disse que a articulação prévia interna nos comitês seria fundamental, mas questionou como ela ocorreria em bacias onde eles não existissem. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) lembrou que o motivo de todo este debate seria a falta de regulamentação para a aplicação dos recursos da cobrança provenientes do setor elétrico. A Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) solicitou registro que a compensação financeira diria respeito à utilização de recursos hídricos para a geração de energia, sendo a área inundada apenas um critério adotado para sua distribuição. Ratificou que a Resolução deveria se ater ao art. 21, na definição dos atores envolvidos na articulação, seus respectivos papéis e os tempos pretendidos. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria) informou que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o mérito da compensação financeira, havia a entendido como uma indenização pela área inundada, não como um tributo. Opinou que os 0,75% do valor da energia gerada pagos pelo uso de recursos hídricos de domínio dos Estados na geração de energia elétrica, deveriam ser a eles destinados. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) reforçou que a resolução deveria se ater somente aos recursos relativos aos 0,75% advindos do setor elétrico. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) solicitou destaque para a idéia principal que motivou a criação do GT: a participação dos comitês de rios de domínio dos estados na definição das prioridades de aplicação dos recursos da cobrança gerados naquela bacia. A Sra. Ana Paula Cattini (ANA) solicitou registro que o art. 17, inc. II, da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28, da Lei nº 9.984, de 2000, definiria a aplicação dos 0,75% do valor da energia hidrelétrica produzida na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, configurando um retorno desses recursos às bacias. A Sra. Maria Luiza Werneck (Indústria), por sua vez, solicitou registro que o mesmo inc. II, em sua parte final, determinaria a aplicação desses recursos nos termos do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997. Lembrou ainda que a Lei nº 9.433, de 1997, previa, como competência das Agências de Água, mediante autorização, a efetivação da cobrança pelo uso da água e consequente alocação dos recursos auferidos em instituição financeira. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) disse que uma forma de atendimento seria a definição de que todo recurso arrecadado retornasse para sua bacia de origem. O Sr. Wilson de Azevedo (ONGs) destacou que, na forma atual, os recursos relativos aos 0,75% do setor elétrico seriam destinados à ANA, que não os entenderia como cobrança pelo uso da água, uma interpretação compartilhada por ele do ponto de vista favorável ao SINGREH. Dito isso, opinou que os recursos dos 0,75% poderiam permanecer utilizados dessa forma, enquanto os Comitês, por sua vez, definiriam o valor da cobrança aos empreendimentos do setor elétrico localizados na respectiva área de abrangência. Externou seu voto favorável ao GT se ater somente ao previsto no § 4º, art. 21, da Lei nº 9.984, de 2000. Finalizados os debates, foi decidido o seguinte: que o GT prossiga nos trabalhos, centrado apenas no estabelecido no § 4º, art. 21, da Lei nº 9.984, de 2000, e que sejam definidos artigos específicos para a articulação em rios de domínio da União e dos Estados. Foi ainda solicitado ao Presidente da CTIL, tendo em vista o desfecho não conclusivo deste item de pauta, que providenciasse sua retirada da ordem do dia da 14ª Reunião Extraordinária do CNRH. Com isso, houve retorno ao **item 5** de pauta, com a análise dos PLs faltantes, nº 1.181 e 4.296. Referindo-se ao primeiro, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) opinou que ele traria incongruências com o PL nº 1.616, de 1999; questionou se não seria melhor mantê-lo apensado. Entretanto, informou, o entendimento no âmbito da CTAP teria sido pelo seu desapensamento, como forma de permitir maior agilidade à sua tramitação. Após pausa para análise expedita do PL e avaliação de pontos interferentes com a política de recursos hídricos, o Sr. Jessé Costa (CERH-SE) opinou que ele diria respeito às atividades de licenciamento ambiental, não interferindo em aspectos da lei de recursos hídricos. No mesmo sentido, o Sr. Wilson de Azevedo (ONGs) disse que o PL estaria propondo a criação de uma estrutura para atendimento a questões que diriam respeito aos órgãos licenciadores ambientais. Foi consenso a manutenção do PL nº 1.181 na proposta de moção, com a seguinte justificativa: o PL se refere a atividade específica que não diz respeito a gestão de recursos hídricos. Passou-se então ao PL nº 4.296. Após debates, também foi decidida a sua manutenção. Dessa forma, foram feitas as modificações na proposta de moção, finalizada conforme **Anexo IX**, sendo solicitado seu encaminhamento a deliberação superior da Plenária do CNRH, com o parecer favorável da CTIL. Em prosseguimento, passou-se ao **item 7** de pauta: análise do documento de encaminhamento aos conselheiros da proposta de resolução que institui a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zonas Costeiras (**Anexo X**). O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) recordou que esse documento havia sido solicitado como forma de subsidiar os Conselheiros quando da análise da proposta de resolução de instituição da Câmara. Foi proposto que a sua leitura fosse feita em horário extra-reunião, com

apresentação de sugestões no dia de amanhã. Com isso, o debate foi direcionado para a proposta de moção (**Anexo XI**), apresentada pela Conselheira Cristina Yuan (Indústria) e tema de pauta para a 14ª Reunião Extraordinária, que se referia ao Relatório "Estado Real das Águas no Brasil 2003-2004" (**Anexo XII**), documento elaborado pela ONG Defensoria da Água. Com a palavra, a Sra. Cristina Yuan (Indústria) disse que havia encaminhado ofício à Secretaria Executiva do CNRH solicitando a inserção do tema na pauta da 14ª Reunião Extraordinária. Fez então uma apresentação sobre o histórico de elaboração do Relatório (**Anexo XIII**). Esclareceu que a proposta de moção não se tratava de uma defesa do segmento industrial, que já o havia feito por outros meios. Disse entender que o CNRH deveria se pronunciar sobre o documento, uma vez que ele questionaria a estrutura do SINGREH e a existência dos Comitês, dentre outros temas relativos à gestão de recursos hídricos. Explicou sua intenção ao solicitar a análise da proposta de moção no âmbito da CTIL como uma forma de caracteriza-la como uma manifestação do CNRH. Opinou que o documento não teria embasamento técnico, ressaltando ainda que as pessoas envolvidas em sua elaboração não integrariam instituições envolvidas no meio. E ainda, que ele traria posições preconceituosas e dirigidas, procurando ainda isentar as instituições envolvidas. Portanto, concluiu, o CNRH deveria se ocupar em refutar o Relatório, que traria difamações às instituições ligadas ao SINGREH. O Sr. Byron Costa (Min. Justiça) esclareceu que os procuradores do Ministério Público teriam, desde 1988, condição de independência, não cabendo, portanto, a posição de representação do Ministério Público trazida no Relatório. Nesse momento, às 18h00, foi aberto espaço na reunião para exibição do debate apresentado na TV Senado sobre o tema, que contou com a participação do Sr. Secretário Executivo do CNRH, de representante da ANA e também da ONG Defensoria da Água. Os debates sobre a proposta de moção foram adiados para o dia de amanhã da reunião.

DATA: 20/10/2004

Início: 9h45

Término: 17h30

Às nove horas e quarenta cinco minutos do dia vinte de outubro de 2004, foi dado início ao segundo dia da 67ª reunião da CTIL. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou retorno ao debate sobre a proposta de moção relativa ao Relatório "Estado Real das Águas no Brasil 2003-2004", conforme acertado no dia anterior. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) esclareceu que o segmento da indústria já teria tomado medidas próprias sobre o Relatório, configurando-se a moção apresentada, portanto, numa proposta de manifestação do CNRH. Disse que, sendo as manifestações democráticas, o mesmo valeria para o direito de resposta. Destacou que aperfeiçoamentos seriam necessários na proposta por ela apresentada. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) questionou o embasamento das informações do Relatório, opinando que o CNRH deveria solicitar os dados técnicos utilizados para as conclusões apresentadas. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) destacou a necessidade de contextualização das informações apresentadas no Relatório, uma vez que fatos poderiam ser distorcidos por informações manipuladas. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) ressaltou que o Relatório trazia acusações a empresas, que também careciam de fundamentação técnica. Complementou que o documento seria calunioso e difamatório em suas críticas de ineficiência do SINGREH. O Sr. Byron Costa (Min. Justiça), por sua vez, salientou as críticas contidas no documento aos profissionais ligados às áreas de meio-ambiente e recursos hídricos. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) disse que as denúncias apresentadas não se configurariam obrigatoriamente em fatos, uma vez que os órgãos envolvidos poderiam ter tomado providências. Destacou a importância de uma resposta ao ataque político recebido. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) sugeriu que a proposta de moção, uma vez aprovada na Plenária, fosse objeto de processo de divulgação, além do encaminhamento normal aos destinatários pretendidos. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) observou que a moção deveria se ater somente às descon siderações aos entes do SINGREH. E ainda, que nos debates deveria ser considerada a repercussão que estaria sendo dada ao documento. A Sra. Ana Paula Cattini (ANA) manifestou sua concordância que a proposta de moção se restringisse aos ataques ao SINGREH e registrou que a ANA já teria se manifestado sobre o Relatório. O Sr. Wilson de Azevedo (ONGs) também manifestou concordância, mas destacou que os procedimentos para incorporação da moção pela CTIL e o CNRH passariam obrigatoriamente pela análise da íntegra do Relatório. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) opinou que não caberia uma discussão sobre a legitimidade do documento, mas sim que o CNRH requeria informações sobre sua fundamentação. A Sra. Patrícia Boson (Indústria) disse que o Relatório fora financiado pelo Banco Mundial e teria legitimidade. Informou que outros dois documentos na mesma linha estariam ainda previstos. Opinou que a moção deveria ser divulgada aos órgãos de imprensa que

participaram de sua divulgação. Tendo em vista o aguardo de cópias do Relatório para proceder-se à sua leitura, passou-se ao **item 10** de pauta: Anteprojeto de lei que institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Ambiental e suas interfaces com a Política Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre (Comitês) informou que o APL estaria em discussão no âmbito do Ministério das Cidades. Disse que a intenção seria que sua discussão ocorresse também no âmbito do CNRH, pelas evidentes interfaces. Disse que havia feito anotações no documento do APL (**Anexo IV**), ressaltando as possíveis interfaces com a gestão de recursos hídricos. Observou ainda que o Conselho proposto no APL trazia a participação somente de órgãos governamentais. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) lembrou que o Sr. Marcos Montenegro, do Ministério das Cidades, já havia proferido apresentação sobre o APL em reunião da CTCOB. A Sra. Anna Virgínia Machado (Org. técnicas) opinou que não se deveria pretender com essa análise no âmbito da CTIL e CNRH uma moção de apoio ao APL nem tampouco a discussão de aspectos setoriais do documento, mas a proposição de articulações com o sistema de recursos hídricos. Disse que suas preocupações se focariam principalmente nos planos de saneamento. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) indicou que o setor de saneamento se instituiu em rede, com operadoras e concessionárias, enquanto o sistema de recursos hídricos havia se instituído com base territorial, a bacia hidrográfica, sendo a falta de articulação entre eles uma herança histórica. Observou que a realização de reuniões regionais para subsidiar a consecução do APL evidenciaria um procedimento saudável de abertura. O Sr. Jessé Costa (CERH-SE) ponderou que o sistema de recursos hídricos não tinha sido ouvido através dos Conselhos Estaduais e sugeriu ao Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) que encaminhasse o documento a eles. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) sugeriu um convite ao Sr. Marcos Montenegro, do Ministério das Cidades, para apresentação sobre o APL na próxima reunião da CTIL. O Sr. Luiz Fernando Carneseca (CERH-SP) questionou se as contribuições ao documento seriam individuais ou institucionalizadas. Em resposta, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que poderia ser elaborada proposta de moção com contribuições do CNRH ao APL. Por sugestão do Sr. Jessé Costa (CERH-SE), foi definido que a apresentação deveria ser estendida para outras duas Câmaras, CTPNRH e CTPOAR, comunicando-se a data e horário pretendidos. Findo o assunto, foi então concedido tempo para leitura do Relatório "Estado Real das Águas do Brasil 2003-2004". Em seguida, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) externou sua preocupação em encontrar críticas ao SINGREH durante a leitura, o que havia ocorrido somente na página 11. No restante, disse, ocorreriam denúncias que não caberiam ao CNRH contestar a fundamentação. Na mesma linha, a Sra. Sonáli Oliveira (Concessionárias de energia hidrelétrica) destacou também texto na página 7. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) disse que, independente dos parágrafos destacados, caberia o argumento que acusações seriam feitas sem fundamentação, e que o relatório trazia conceitos embutidos que precisariam ser contestados. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) ponderou que algumas das acusações poderiam ser verdadeiras, cabendo, portanto, ações por parte dos atingidos. O Sr. Valdemar Araújo (Min. Cidades) opinou pela inoportunidade de se contestar o Relatório rebatendo, por exemplo, questões ligadas à fiscalização ambiental. Considerou importante o destaque para o funcionamento do SINGREH e seus entes, rebatendo-se a desqualificação institucional feita. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) concordou e propôs que fosse desenvolvida uma proposta de moção com base nessas colocações. Os debates se ocuparam do texto da moção e prosseguiram até às 12h40, quando houve pausa para almoço. O retorno ocorreu às 14h55, prosseguindo-se com o debate no mesmo sentido. Ao final da tarde, dedicada em tempo integral para debate sobre o teor do texto da proposta de moção, não houve consenso sobre a sua redação final. O Sr. Wilson de Azevedo (ONGs) ratificou sua posição contrária à elaboração de uma proposta de moção sobre o Relatório. Disse acreditar no sistema de gestão participativo e que, nesse caso específico, o CNRH estaria amplificando o trabalho de uma ONG que, inclusive, não faria parte do Fórum de ONGs. A Sra. Cristina Yuan (Indústria) observou que a moção não seria encaminhada especificamente à ONG, mas aos entes representados em seu Conselho Deliberativo, apresentados no Relatório. Opinou que, pela projeção já obtida pelo documento, caberia uma manifestação do CNRH. Criou-se nesse momento um impasse relativo à pertinência da proposta de moção. Pela continuidade dos trabalhos, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou votação sobre a manutenção ou não da proposta de moção. Foram favoráveis à manutenção da proposta de moção sete representantes, contrários três e duas abstenções. Com a deliberação pela manutenção da proposta de moção, passou-se então à votação sobre trechos do corpo da moção, também carentes de consenso. Ao final, o texto da proposta de moção ficou conforme **Anexo XV**. Dessa forma, a

proposta de moção seguiu para deliberação superior da Plenária do CNRH com o parecer favorável da CTIL. Em assuntos gerais, o Sr. Jessé Costa (CERH-SE) informou sobre sua intenção de apresentar, na próxima reunião, proposta de moção do CNRH dirigida ao IBGE, solicitando a disponibilização dos dados do anuário estatístico anual estruturados por bacias hidrográficas. A Sra. Patrícia Boson (Indústria), por sua vez, informou sobre sua intenção de apresentação na 14ª Reunião Extraordinária do CNRH, em regime de urgência, de requerimento para que a Resolução CONAMA nº 20 fosse trazida para debate no âmbito das CTs do CNRH. O Sr. Roberto Monteiro (SRH/MMA) informou sobre a realização de reunião, neste dia de hoje, para tratar da revisão da Resolução CONAMA nº 20. Disse que a proposta poderia ser pautada para a reunião do CONAMA prevista para os dias 10 e 11 de novembro próximo. Com isso, às 17h30, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) encerrou os trabalhos desta 67ª reunião da CTIL, agradecendo a presença e o empenho de todos.

RESUMO DA REUNIÃO:

- aprovada a ata da 66ª reunião da CTIL;
- o item 8 foi retirado da pauta, por solicitação do Presidente da CTCT;
- o item 4, pela exigüidade do tempo, não foi abordado na reunião;
- foi solicitado contato da Secretaria Executiva com a Sra. Leila Gomes, Presidente da CTPOAR, para acerto da forma pretendida de participação da Câmara nos debates sobre o Capítulo II do PL nº 1.616, de 1999;
- foi definido o encaminhamento da proposta de moção recomendando a implantação de Projeto Piloto de Gestão nas Bacias Transfronteiriças da Lagoa Mirim e do rio Quaraí, encaminhada pela CT de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT, para deliberação superior da Plenária do CNRH, com o parecer favorável da CTIL;
- foi solicitada a redistribuição aos membros do GT e da CTIL do documento elaborado pelo Sr. Ademar Veiga (ANA), como subsídio aos trabalhos de regulamentação de aspectos da Lei nº 10.881, de 2004, com a definição de um prazo de dez dias para encaminhamento de contribuições;
- foi decidido que GT encarregado de apresentar proposta de Resolução prevista no art. 5º da Resolução CNRH nº 41, de 2004, prossiga nos trabalhos centrado apenas no estabelecido no § 4º, art. 21, da Lei nº 9.984, de 2000, e que sejam definidos artigos específicos para a articulação em rios de domínio da União e dos Estados; foi ainda solicitado ao Presidente da CTIL, tendo em vista o desfecho não conclusivo deste item de pauta, que providenciasse sua retirada da ordem do dia da 14ª Reunião Extraordinária do CNRH;
- foi finalizada a proposta de moção solicitando o desapensamento de Projetos de Lei ai PL nº 1.616, sendo solicitado seu encaminhamento para deliberação superior da Plenária do CNRH, com o parecer favorável da CTIL;
- feito convite ao Sr. Marcos Montenegro, do Ministério das Cidades, para apresentação sobre o APL que institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Ambiental na próxima reunião da CTIL;
- a proposta de moção referente ao Relatório “O Estado Real das Águas do Brasil 2003-2004” seguiu para deliberação superior da Plenária do CNRH, com o parecer favorável da CTIL.

Ata aprovada na 68ª reunião da CTIL, realizada em 16 e 17 de novembro de 2004.

JULIO THADEU SILVA KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
Relator